

1º Trimestre de 2014

I. Política Económica entra em nova fase?

Com as opções em sede de política orçamental para 2014 traduzidas num défice previsional equivalente a 4,8% do PIB – justificado, essencialmente, pela esperada aceleração das despesas de capital em projectos de infra-estruturas tidas por essenciais para promover o desenvolvimento económico e social – a política económica em Angola parece ter entrado numa nova fase, caracterizada por uma postura bem mais expansionista do que nos últimos anos.

As despesas de capital orçamentadas para 2014 correspondem a 13,1% do PIB, o que compara a 10,6% do PIB da execução dessa mesma despesa estimada em 2013.

A despesa corrente, por sua vez, está orçamentada em montante equivalente a 28,2% do PIB (ligeira baixa relativamente aos 28,9% em que se estimava a execução de 2013), todavia, no seu último relatório de avaliação da economia de Angola – “Second Post-Program Monitoring”, editado a 19 de Março último, o FMI antecipa um nível de despesa corrente mais elevado, igual a 29,3% do PIB.

Estas alterações no plano da política orçamental representam uma viragem em relação à política que caracterizou os últimos anos, especialmente os últimos quatro (2010-2013). Apesar de em 2013 se ter verificado já um défice orçamental, de 1,5% do PIB segundo as mais recentes estimativas, cabe reconhecer que a política orçamental no quadriénio em referência constituiu, a par das políticas monetária e cambial, uma componente fundamental para a consolidação e sucesso da estratégia de estabilização macro económica.

Recorda-se que essa estratégia teve origem na crise financeira que se seguiu ao choque petrolífero de 2008/9 (cujo fenómeno mais visível foi a acumulação de um montante muito elevado de atrasos de pagamento do sector público), a qual pôs em evidência a inexistência de “buffers” adequados para amortecer os efeitos de choques dessa natureza e a consequente necessidade de uma política de estabilização como condição “sine qua non” para o restabelecimento de condições para um crescimento económico sustentável e mais inclusivo, assente sobre uma renovada confiança na moeda nacional e na solvabilidade externa do País.

Ao abrigo dessa estratégia, as opções de política orçamental conduziram à apresentação de excedentes orçamentais significativos, no triénio 2010-2012, tendo em 2013 sido apurado um défice, embora pouco expressivo, de 1,5% do PIB.

Ao que tudo indica, a partir de 2014 a prioridade da política orçamental foca-se muito mais no crescimento sem naturalmente colocar em causa, nesta fase, os significativos progressos alcançados no plano da estabilização. E parece ao mesmo tempo direccionada para um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, que permita estender os benefícios do crescimento a camadas mais amplas da população.

A escolha deste duplo objectivo – maior crescimento e crescimento mais inclusivo – aparenta estar implícita no tipo de investimentos públicos que deverão concentrar a maior parcela dos recursos orçamentados em despesas de capital para os próximos anos: a produção e distribuição de energia eléctrica, a captação e distribuição de água potável, as ligações rodoviárias e ferroviárias.

Mediante a aposta neste tipo de projectos infra-estruturais, os responsáveis pela política económica pretenderão gerar efeitos dinamizadores sobre a actividade económica, em geral e, simultaneamente, responder à necessidade, apontada por organismos internacionais com relevo para o Banco Mundial, de promover um modelo de desenvolvimento que seja mais inclusivo, permitindo que expressivas camadas da população até agora desfavorecidas passem a ter acesso a bens como o fornecimento de energia da rede pública e o abastecimento de água potável também pela rede pública.

Essa aposta visará ainda outro objectivo, que consiste em oferecer melhores condições aos investidores privados para o lançamento de novos projectos de investimento em sectores considerados chave para a diversificação da actividade económica, tais como a agricultura e pecuária, as indústrias transformadoras ligeiras, o pequeno comércio e diversos serviços.

Este último efeito deverá, adicionalmente, funcionar como alavanca da almejada diversificação da actividade, permitindo reduzir gradualmente a dependência da economia de Angola em relação à actividade petrolífera.

Uma viragem de política como esta, orientada para objectivos compreensíveis e em boa medida desejáveis, não é, todavia, isenta de riscos e por isso deverá ser calibrada e gerida de uma forma que não só permita ajustamentos rápidos, em caso de modificação adversa da conjuntura externa, mas também não coloque em causa os “buffers” cambial e de nível de dívida que nestes últimos anos foram conseguidos.

O FMI chama exactamente a atenção para este ponto no já mencionado relatório “Second Post-Program Monitoring”, quando salienta que o orçamento para 2014, caso venha a ser executado como previsto, implicará um ajustamento (para baixo) do saldo orçamental em mais de 10% do PIB, no espaço de apenas 2 anos, o que poderá ter efeitos sobre o nível de preços, pressionando-o em alta, e impactar negativamente a balança de pagamentos e o nível de reservas oficiais em divisas.

Neste novo quadro de escolha política, a responsabilidade pela manutenção do ambiente de estabilidade macro económica fica confinada às políticas monetária e cambial, existindo o risco de, por exemplo, um comportamento desfavorável dos preços no consumidor, acima dos objectivos pretendidos, vir a retirar credibilidade à política monetária, forçando o BNA a adoptar uma postura bem mais restritiva do que seria desejável, afectando desfavoravelmente o investimento privado.

Este risco decorrente de uma expansão mais rápida da despesa pública é ainda ampliado pelo esperado impacto das novas pautas aduaneiras no aumento de preços de diversos produtos.

Ao mesmo tempo e como já referido, uma expansão mais rápida da despesa pública, nomeadamente através da realização de projectos de investimento que como se sabe recorrem em elevada escala à importação de bens de equipamento e de serviços, pode também vir a exercer pressão sobre a balança de pagamentos e sobre o nível de reservas oficiais em divisas.

Esta é uma matéria particularmente sensível, pois um nível de reservas oficiais confortável (o “buffer” cambial) e em crescimento tem sido um elemento fundamental na recuperação da confiança na moeda nacional e na solvabilidade externa do País.

Importa sublinhar que qualquer destes riscos deve ser visto como potencial, não pondo necessariamente em causa as opções de política orçamental para 2014. Mas recomendam particular vigilância em relação a quaisquer sinais que possam indiciar alguma alteração menos favorável no ambiente de estabilidade alcançado – sobretudo a inflação, o nível de reservas oficiais em divisas, e o comportamento do mercado cambial (oficial versus paralelo).

Note-se, desde já, que, talvez reflectindo uma particular preocupação da política cambial em preservar o objectivo da inflação, observou-se no 1º trimestre de 2014 uma virtual estabilidade da taxa de câmbio nominal USD/AKZ, tendo cessado o deslizamento gradual dessa taxa que se observou ao longo de 2013 e anos anteriores.

Possivelmente movido por preocupação semelhante, o Comité de Política Monetária do BNA decidiu, nas suas reuniões de Fevereiro e de Março, aumentar a taxa de juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez do sistema bancário, de 0,75% para 1,25% e de 1,25% para 1,5%, respectivamente, embora em Março tenha igualmente decidido reduzir a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez, de 10,25% para 10%.

II. Evolução dos principais indicadores macro-económicos

Nos dois primeiros meses de 2014 a inflação prosseguiu a trajectória de contenção revelada ao longo de 2013, com variações homólogas do índice de preços no consumidor de 7,84% em Janeiro e de 7,49% em Fevereiro (taxa de variação mensal de apenas 0,49%), de que resultou uma nova descida do nível médio de variação do índice de preços no consumidor, nos últimos 12 meses terminados em Fevereiro, para 7,48%.

A evolução nos próximos meses mostra-se agora de grande importância, para se verificar se, apesar dos riscos acima referenciados, será possível que a inflação se vá aproximando do objectivo anual, reforçando o ambiente de estabilidade.

No tocante à posição das reservas oficiais em divisas internacionais, não tendo ainda sido divulgados dados de 2014, conhece-se apenas a posição no final de 2013, em que o nível (líquido) das reservas se situou em USD 30,9 mil milhões, uma ligeira subida em relação ao nível no final de 2012, que era de USD 30,6 mil milhões. Note-se, todavia, que em 2013 o BNA transferiu para o Fundo Petrolífero um montante equivalente a USD 3,8 mil milhões, significando que, na ausência dessa transferência (que não ocorreu em anos anteriores, como se sabe), as reservas teriam aumentado para USD 34,7 mil milhões, ou seja um aumento de 15,7% em relação ao valor registado no final de 2012.

Em relação à taxa de câmbio, e tal como já atrás se referiu, tem-se verificado no 1º trimestre de 2014 uma alteração em relação ao padrão de evolução dos últimos anos: a suspensão do deslizamento gradual da taxa USD/AKZ, tendo-se mesmo registado uma ténue valorização nominal do AKZ. Com efeito, a taxa de câmbio do final do período (31 de Março) no mercado primário foi 1USD = 97,612AKZ, sendo que a taxa média do mês de Dezembro de 2013 tinha sido 1USD = 97,619AKZ.

No mês de Janeiro a taxa média divulgada pelo BNA foi de 1USD = 97,615AKZ. Trata-se, pois de uma virtual estabilização da taxa nominal o que vale por dizer uma valorização da taxa de câmbio real em relação ao USD, que é aliás extensiva a outras divisas como o Euro.

Relativamente à venda de divisas pelo BNA ao sistema bancário (mercado primário), em Janeiro ascenderam a USD 1.450 milhões, um aumento de 11,5% em relação ao montante vendido em Janeiro de 2013 (USD 1.300 milhões).

III. A questão dos atrasos de pagamento do sector público revisitada

No já mencionado relatório do FMI, encontra-se uma reanálise da questão dos pagamentos em atraso por parte do sector público em Angola (Administração Central e Local), numa nova versão de um problema que conheceu uma fase aguda em 2009 e 2010, que foi entretanto solucionado em boa parte mas que, segundo a informação agora divulgada, voltou a manifestar-se com alguma expressão em 2011 e em 2012 (e ainda em 2013 segundo parece).

Tratando-se de uma questão que interessa muito particularmente as empresas privadas que operam em Angola, julga-se adequado deixar aqui um apontamento sobre o processo de regularização destes “novos” atrasados.

Segundo a informação divulgada pelo FMI, a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou em Julho de 2013 um plano para a regularização integral da bolsa de atrasados de 2010 e de 2011, bem como de novos atrasados surgidos em 2012. Esse plano compreendia 3 fases:

- A regularização do remanescente dos atrasados relacionados com o Ministério da Construção e Obras Públicas (MCOP), de 2010 e de 2011, num total, verificado até Março de 2013, de USD 1,1 mil milhões;
- A verificação dos créditos reclamados e relacionados com o MCOP, referentes a 2012, e sua regularização depois da respectiva verificação;
- A verificação de créditos reclamados e a regularização de atrasados relativos a outros ministérios sectoriais e governos provinciais.

As duas primeiras fases deste plano ficaram concluídas até Dezembro de 2013: todos os atrasados foram verificados e objecto de regularização até ao final de 2013. Essa regularização incluiu:

- O pagamento de USD 1,8 mil milhões relativos á bolsa de atrasados de 2010-2011, verificados até Março de 2013;
- O pagamento adicional USD 1,1 mil milhões ainda relativo á bolsa de atrasados de 2010-2011, verificados após Março e até Dezembro de 2013;
- O pagamento de USD 1,6 mil milhões relativos a atrasados de 2012.

Os termos das regularizações foram objecto de acordos firmados entre o Governo e os fornecedores e testemunhados por auditores independentes.

Quanto aos atrasados da terceira fase, ou seja os referentes a outros ministérios sectoriais e a governos provinciais, o processo de verificação encontra-se ainda em curso, estimando as autoridades que a soma de todos os créditos reclamados, no montante de USD 1,6 mil milhões, representará o limite máximo das responsabilidades que poderão vir a ser reconhecidas e pagas. O seu pagamento, após concluído o processo de verificação, deverá ocorrer em 2014.

Disclaimer

Principais fontes de informação: BNA e FMI.

As observações que se encontram expressas neste documento acerca do significado da informação objectiva nele apresentada não constituem opinião do Banco BAI Europa, reflectindo exclusivamente a opinião das pessoas responsáveis pela elaboração do texto.